

**EXMA. SRA. DRA. DEFENSORA PÚBLICA PRESIDENTE DO
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE SÃO PAULO.**

CARMEN SILVIA DE MORAES BARROS,
Defensora Pública Coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária, vem
encaminhar relatório semestral de atividades (período julho/dezembro
2009).

São Paulo, 29 de janeiro de 2010.



CARMEN SILVIA DE MORAES BARROS
Defensora Pública
Coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária

12/24 09/03/2010 002561 CONSELHO SUPERIOR DA DEF. PÚB. EST. DE SP

Relatório de Atividades dos Núcleos Especializados

Núcleo: Situação Carcerária

Coordenador: Carmen Silvia de Moraes Barros

Período Compreendido: julho/dezembro 2009

Número de Integrantes Efetivos: 2

Número de Integrantes Colaboradores: 10

Atividades Desenvolvidas

1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos:

Envio de inúmeros modelos de petições, HCs e Agravos, jurisprudências bem como de recomendações do Núcleo (constantes no site) para os defensores coordenadores e atuantes em execução penal, e varas criminais.

2) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos:

a) Medidas Judiciais propostas isoladamente:

Representação no CNJ contra juíza da VEC da Capital.

Petição ao TRE requerendo apreciação de pedido de voto do preso

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas:

Conversas e consultas ao Coordenador da EDEPE sobre temas jurídicos e desenvolvimento de teses institucionais e organização do encontro de defensores públicos de execução penal.

4) realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas:

Inúmeras reuniões com entidades que trabalham com presos, sistema prisional e temas correlatos.

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado:

Conselho Penitenciário do Estado;

Conselho da comunidade;

Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária;

Conselho Estadual de Entorpecentes;

Comissão de Execução Penal do CONDEGE

Nesses Conselhos são tratados os mais diversos assuntos relativos a presos, prisões, condições de aprisionamento, apuração ou encaminhamento de denúncias, moções de apoio a determinadas posições ou ações de órgãos ou entidades específicas e que são do interesse da DP.

6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado:

Atendimento de defensores públicos, para esclarecimento de dúvidas técnico-jurídicas; apuração de denúncias; forma de condução de situação de crise específica etc.

7) Acionamento de Cortes Internacionais:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública:

Praticamente todos os temas abordados no plano anual de atuação estão de alguma forma sendo desenvolvidos ou acompanhados pelo Núcleo.

9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais:

Esclarecimento de direitos fundamentais em atendimentos gerais feitos em presídios.

Coordenação e participação em entrega de livros aos presos.

10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências:

Atendimento jurídico à defensores públicos de outros Estados; participação, como coordenadora adjunta, das reuniões da comissão de execução penal do CONDEGE nas quais são discutidos os mais diversos temas de interesse das Defensorias Públicas de todo o país; participação como coordenadora executiva da força

nacional da defensoria pública elaborando inúmeros modelos de peças e HCs, disponibilizados aos defensores de todo o país que atuaram em Ribeirão das Neves (MG), esclarecimento de dúvidas, auxílio em elaboração de ACP e HCs pelos defensores que trabalharam em Ribeirão das Neves; elaboração de pedido, fundado no art. 66, VI da LEP, para que o juiz da VEC de Ribeirão das Neves tomasse medidas para tornar adequado o funcionamento do presídio Dutra Ladeira.

11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade:

Participação em GTs da Coordenadoria de Saúde da SAP; do grupo nacional de estudos sobre o direito de voto do preso; grupo de discussão sobre aplicação da lei 10.216/01 da corregedoria de medida de segurança da VEC.

12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade:

Participação em audiências públicas no Congresso Nacional. Conversa com Senadores da CCJ a respeito de PLs de interesse da Defensoria Pública na área criminal, processual penal e execução penal.

Acompanhamento:

- PL 1288/07 – Monitoramento Eletrônico – aprovado CCJ Senado;
- PL 5075/07 – Alteração de dispositivos da Lei de Execuções Penais;
- PL 7223/06 e PL 6123/2009 (apensados) – Altera o prazo do Regime Disciplinar Diferenciado e tipifica o crime de comunicação entre presos;
- PL 2825/03 – Terceirização dos serviços no âmbito dos estabelecimentos prisionais;
- PL 3473/00 – Fixação de critérios para aplicação de pena de prisão, PRD e multa
- PL 421/08 e 30/2009 – aumenta o prazo para progressão de regime e impõe exame crim.;
- PL 158/06 – autoriza a autoridade administrativa decretar isolamento preventivo e inclusão em RDD por 30 dias sem autorização judicial;
- PL 292/07 ou PLC 98/07 – trata do Agravo em execução;
- PL1765/07 e PL 190/2007– Versam sobre Exame Criminológico – aprovado CCJ Senado – aprovado na CCJ do Senado, a princípio prejudicado pela aprovação posterior do PLS 30/2009.
- PL 30/2009 – articulado recurso ao Plenário do Senado – apresentado.

13) Outras ações desenvolvidas:

Outras atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2009:

- Aula Princípios constitucionais de direito penal – MST – Guararema/SP.
- Remessa de peças (modelo) e jurisprudência para os Defensores das Varas de Execução Criminal do Estado.
- Elaboração de HCs dos casos de medida de segurança acompanhados pelo Núcleo.
- Pedidos de providências, apuração de denúncias ou verificação de ocorrência aos Defensores Coordenadores Regionais da VEC em razão de denúncias recebidas pelo Núcleo.
- Atualizações do portal do Núcleo de Situação Carcerária.

- Distribuição de livros e conversa com os presos do CDP Pinheiros III.
- Participação em evento de comemoração dos vinte e cinco anos da Lei de Execução Penal na Câmara dos Deputados em Brasília.
- Reuniões juntamente com outras entidades em Brasília com PGR, Ministro do TSE e Ministro do Supremo para tratar de voto do preso.
- Participação em reunião do CONDEGE com assessor do Gilmar Mendes - Brasília.
- Reuniões GET saúde mental e medida de segurança.
- Reunião secretário de administração penitenciária.
- Elaboração de ofícios para secretários de estado.
- Entrevistas para rádios, jornais e canais de TV, estudantes e profissionais para elaboração de trabalhos, dissertações e teses.
- Reuniões com o juiz corregedor de medida de segurança da Capital.
- Participação em reuniões de Grupos de Trabalho sobre sistema prisional.
- Reuniões com Pastoral Carcerária, ITTC, IBCCRIM, IDDD.
- Ofícios e pedidos de providências à Coordenadoria de Saúde da SAP.
- Resposta e encaminhamento a ofícios recebidos das mais diversas pessoas e entidades.
- Indicação de membros do Núcleo para Conselhos Estaduais.
- Pesquisas e pareceres.
- Leitura de peças e pareceres elaborados pelos membros do Núcleo de situação carcerária.
- Reuniões com coordenador de saúde da SAP.
- Visita ao projeto álcool e drogas no HCTP de Franco da Rocha - conversa com os primeiros dez participantes.
- Reunião com defensores públicos do júri da Capital sobre atuação em casos específicos.
- Reunião Coordenadores de Execução Penal do Estado.
- Painelista em Mesa Redonda "A saúde mental e o sistema prisional" - conselho regional de psicologia - Santos
- Atendimento de diversos defensores públicos de outros Estados.
- Acompanhamento de projetos de lei relativos a sistema prisional e execução penal.
- Atendimento de parentes e acompanhamento de casos trazidos ao núcleo por familiares.
- Participação em audiência pública no CNPCP - sugestões para o Decreto de Indulto de 2009.
- Participação como Coordenadora executiva da Força Nacional da Defensoria Pública em execução penal Reunião em diversas reuniões para organização da primeira ação da força em Ribeirão das Neves (MG).
- Elaboração de modelos de peças, pedidos, HCs e disponibilização
- para utilização na Força Nacional em Ribeirão das Neves.
- Palestrante no Primeiro Simpósio Internacional sobre Manicômios Judiciários e Saúde Mental.
- Aula "execução penal" - laboratório do IBCCRIM.
- Indicação de Defensora Pública para representar a Coordenadora do Núcleo em Seminário sobre Saúde no sistema prisional.
- Mesa Redonda Saúde Mental no sistema prisional - Seminário de execução penal em Belo Horizonte.
- Reunião com Delegado chefe do IIRGD para discussão sobre sigilo de dados.
- Reunião com grupo de entidades para elaboração de sugestões para o projeto de revisão das regras mínimas da ONU para tratamento do Preso.
- Participação no encontro de discussão, pela comissão da América Latina, do projeto de revisão das regras mínimas da ONU para tratamento do preso - Belém.
- Participação como coordenadora executiva da 1ª força tarefa da defensoria pública em execução penal em Ribeirão das Neves (MG).

- Mesa redonda saúde mental e medida de segurança – Encontro Nacional de Psicologia, Conselho Federal de Psicologia – Maceió.
- Reuniões ordinárias do Núcleo de Situação Carcerária – com atividades específicas distribuídas aos membros e colaboradores (pesquisas teóricas e práticas e projetos de lei a serem elaborados).
- Elaboração de Nota técnica sobre PL exame criminológico para o CONDEGE
- Reunião Pastoral Carcerária – para articulação nacional contra o PL 30/2009 exame criminológico.
- Elaboração de emendas ao PL 30/2009
- Elaboração de ofício e remessa às entidades para manifestação contra o PL 30/2009.
- Reunião com diversos senadores em Brasília explicando o que é exame criminológico.
- Convocação e reuniões de grupo de trabalho de saúde mental no sistema prisional.
- Palestra DPU Seminário Execução Penal – temas atuais.
- Atendimento de mães de presos e internados.
- Elaboração de recomendações de atuação técnico-jurídica para Defensores Públicos VECs e varas criminais.
- Participação como coordenadora executiva da Força Nacional da Defensoria Pública em Recife.

Expedientes (protocolados) em andamento, referentes a assuntos atinentes à área de atuação do Núcleo:

Protocolado nº 01.07 - Baixa na captura

Reunião em 21/06/2007 (Coordenadores da VEC, DIPO, Criminal e Sub Capital) para estabelecer competência - problema resolvido. No entanto, a baixa na capturas é um problema que não deveria existir e por isso entrei em contato propondo reunião com Diretor do IIRGD, Representante da corregedoria do TJ, juiz corregedor do DIPO e da VEC para tentarmos identificar onde o problema surge e acabar com ele, posto que injustificável. Entendi ser melhor alguém de fora intermediar essa reunião. Como o problema atinge todo o Estado de São Paulo entrei em contato com representante da corregedoria do TJ e expliquei o assunto. Pedi para a advogada da FUNAP que só atende baixa na capturas fazer o relatório de uma semana de atendimento. Com o relatório da advogada fiz ofício dirigido ao Corregedor Geral de Justiça explicando a situação e pedindo providências para que os juízes comuniquem arquivamento e extinção de punibilidade ao distribuidor criminal e IIRGD – agendada reunião com o Corregedor Geral de Justiça e entregue o ofício em mãos, despachado por ele próprio e encaminhado ao corregedor responsável (Hélio Nogueira) no dia 28/08/2007. No dia seguinte entrei em contato com Hélio para me colocar a disposição para esclarecimentos. Em 01/02/08, o processo nº 4129/2007, que se encontra no cartório da Corregedoria, está aguardando resposta do IIRGD, o qual recebeu o ofício desde 14/01/08. Reiterado, ainda, pedido de resposta com prazo de 20 dias. Em 27/03/08, o IIRG ainda não respondeu o ofício encaminhado, por este motivo foi feita nova reiteração do pedido, o cartório aguardará mais 30 dias. Em 10/04/08, os autos foram conclusos ao juiz. Em 27/05/08, retirado ofício no cartório da Corregedoria contendo parecer e decisão no sentido de "encaminhar o expediente a Secretaria de Tecnologia e Informática, para conhecimento das questões levantadas, visando a integração e migração eletrônica de dados no particular do Sistema do Tribunal de Justiça, como com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e Tribunal Regional Eleitoral – São Paulo" Processo nº 4129/2007 – No cartório da Corregedoria (Pça. Pedro Lessa, nº61 – Ao lado do Correio Central). Como constou da decisão que na cidade de São Paulo o problema é inexistente (só ocorre no interior, assim pedi para Dra. Franciane –

coordenadora do plantão Capital - me mandar provas de ocorrências recentes na cidade de São Paulo). Reunião em 19.09.08 com Dr. Carlos Sequeira - Delegado Diretor do IIRGD - e sua equipe. Entregues ofícios com pedidos de providências em relação à negativa de concessão ou retenção de documentos de pessoas em cumprimento de pena em RA, PSC ou LC, aos abusos da polícia nas averiguações 'de rotina' em razão do acesso aos antecedentes, o acesso dos dados a qualquer um que tenha 'amigo' no DP mais próximo e a demora na atualização dos dados no IIRGD. Esclareceu que há problema crônico de atualização de informações pelo IIRGD porque o número que chega é muito maior do que a capacidade de atualização (é tudo manual - as certidões chegam em papel das Varas, VEC e DIPO). OBS - O DECRIM III atualiza o banco de dados do IIRGD virtualmente (AGENDAR REUNIAO COM OS DEMAIS CORREGEDORES PARA PEDIR QUE FAÇAM O MESMO). Disse que no site do TJ constam os processos em andamento (pensar em viabilidade de ofício ao corregedor geral). Entende ser muito difícil nos DPs não ter acesso a todos os dados (a princípio teria que mandar ofício caso por caso pedindo cancelamento) mas na rua é viável acessar só nome de preso e procurado e não também antecedentes, condenações etc (FAZER OFÍCIO AO SSP E SJ). Em fevereiro 2009 elaboração e entrega de ofício ao Secretário de segurança pública, dirigido ao Delegado Diretor do IIRGD, solicitando a criação de arquivo reservado, no âmbito daquele instituto, para impedir o acesso aos antecedentes por qualquer pessoa que tivesse acesso ao sistema. Recebido ofício com resposta padrão (modelo) informando da impossibilidade de exclusão de dados do IIRGD. Novamente, por meio da Secretaria de Segurança pública, elaborado ofício solicitando resposta ao que havia sido pedido. ATENDIDO O PEDIDO DO NÚCLEO - CRIADO ARQUIVO RESERVADO NO ÂMBITO DO IIRGD. Não terão mais acesso, a partir da criação do arquivo reservado, aos antecedentes, não pendentes de solução, os policiais nas ruas, nas delegacias etc, mas, tão somente, número limitado de funcionários possuidores de senhas que podem ser rastreadas. Reunião com delegado chefe do IIRGD para esclarecimentos sobre a criação do arquivo reservado: a VEC continua aparecendo porque quem controla é o juiz da VEC - já tinha feito pedido aos corregedores para providências - indeferido por desconhecimento (agendarei reunião). O delegado chefe do IIRGD pretende retirar todos os acessos a informações não mais pendentes. Em estudo e elaboração pelo núcleo ACP para quem tiver prejuízo porque não foi dada baixa na capturas possa executar sentença indenizatória.

Protocolado nº 02.07 - Multa penal

Conversei com a PGE (José Renato) para me inteirar da situação da cobrança da multa e tenho reunião agendada com os defensores da VEC em 28/06/07 para traçar plano de atuação - realizada reunião. Pediremos prescrição e extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa (STJ). Comunicados todos os defensores VECs e Varas Criminais - Em 26/03/2008, o protocolado foi reaberto a pedido do Padre Gunther, pois, conforme nos foi informado, diversos egressos estão com problemas para tirar o título de eleitor - com Dra. Mailane - para parecer e proposta. Em 04.06.08 passei e-mail para o grupo Defensores VEC para fazermos pedido de extinção da punibilidade quando cumprida a pena independente do pagamento da multa - inclusive para irmos até o STF, se necessário. Modelo feito pela Dra. Mailane (núcleo) e enviado para todos os defensores públicos (criminal e VEC) e Dr. Rafael em Brasília. Recomendação do núcleo para que os defensores que mandarem HC ao STJ avisem o Rafael para que ele acompanhe e sustente oralmente. Tendo em vista a Lei Estadual que anistiou as multas não pagas até 31.12.2007 entrei em contato com a PGE (Dr. José Renato) para providenciasse comunicação aos juizes criminais. Como nada foi feito e os assistidos que compareciam à PGE não recebiam certidão de

anistia da multa enviei ofício à PGE pedindo providências urgentes. Em elaboração pelo Núcleo modelo de pedido de inconstitucionalidade da pena de multa da Lei de drogas para disponibilizar para os Defensores.

Protocolado nº 03.07 – Unificação das penas em 30 anos para todos os fins

Presas há muito tempo e condenadas à penas superiores a 30 anos: análise de processos para identificação dos casos mais convenientes de serem levados a superior Instância para defesa da unificação em 30 anos (art. 75 do CP) para todos os fins – Feitos dois *habeas corpus* para o TJ (03/07/2007) e inúmeras petições pedindo vista dos autos à defensoria. Comunicação da decisão de rediscutir a tese aos defensores VECs. Em 08/01/08, juntadas ao expediente as decisões dos *habeas corpus* impetrados em nome de Vera Lucia de Assim e de Kelly Baptista Gomes, em ambos os casos as ordens foram denegadas. Instruídos os Defensores Públicos a impetrarem HC junto ao STJ.

Protocolado nº 04.07 – Legislação sobre penas alternativas

Distribuído à Dra. Ana Paula Romani Milanezi em 14/02/08. Em fase de estudos para propostas. Redistribuída para Dra. Luisa Hamud em 23.10.08. Com Dra. Ana Paula para estudo em 18.02.2009.

Protocolado nº 05.07 - Condenados à Medida de Segurança presos

Separação de documentos para estudo. Feitas 110 petições para o juiz da VEC pedindo que os doentes mentais presos aguardassem em liberdade a vaga em Casa de Custódia ou que fossem transferidos independente de lista de espera e propositura de ACP, protocolada em 24/07/2007, pedindo destinação de local apropriado para inclusão dos doentes presos para que a lista acabe – parecer favorável do MP. Indeferida. Fase de recurso com pedido de tutela antecipada – indeferida. Aguardando julgamento do mérito para esgotar instância e seguir com o assunto na Comissão Interamericana. Realizadas diversas reuniões com o Coordenador de Saúde da SAP e juiz corregedor dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico em maio de 2008, para realização de mutirão no HCTP de Franco da Rocha – aguardando agendamento do mutirão. Em reuniões com a Coordenadoria de Saúde da SAP decidimos em conjunto encaminhar laudos feitos por equipe multidisciplinar dos HCTP de todos os casos de desinternação condicional e transferência para desinternação progressiva para esvaziar os HCTPs – elaborados, lidos e entregues à VEC (Dra. Cláudia Barrichello – juíza responsável) cerca de setenta laudos em dezembro/2008. Paralelamente os presos em medida de segurança estão sendo transferidos para exame de cessação de periculosidade no Centro Hospitalar e fiz petição ao Juiz corregedor da VEC fazendo pedido coletivo para que todos os medida de segurança presos sejam transferidos para estabelecimento adequado ou aguardem vaga em liberdade (verificar decisão). Pegar nova lista de MS e fazer petição pedindo declaração de extinção da punibilidade de todos os que aguardam vaga soltos há mais um ano. Criado pelo Núcleo grupo oficial (DO) de estudos e trabalho sobre medida de segurança e lei 10.216/01. Nomeada Dr. Luciana como juíza auxiliar da medida de segurança. Por provocação do Núcleo o Coordenador de Saúde da SAP começou a trazer todos os medida de segurança presos no Estado para o CDP Pinheiros III para ser realizado exame de cessação de periculosidade. Paralelamente feito mutirão nos HCTPs do Estado. A lista de espera já quase não tem pessoas presas. Estamos

trabalhando em conjunto no GT – coordenadoria de saúde da SAP, secretaria de saúde, faculdade de saúde pública da USP, conselho regional de psicologia, reintegração social da SAP e corregedoria de medida de segurança da VEC. Objetivo final é aplicação da Lei 10216/01 à medida de segurança e fim dos HCTPs. Em elaboração pelo Núcleo modelos de quesitos para encaminhamento aos defensores da Varas Criminais e aos da VEC e modelo de pedido de aplicação da Lei 10.216/01 aos portadores de transtorno mental que praticaram crimes.

Protocolado nº 06.07 – Criação de novo modelo de CNPCP - Distribuído ao Dr. Pedro Avellar em 01º.12.08

Protocolado nº 07.07 – Projeto parceria Defensoria / IBCRIME Elaborado texto sobre "Flagrantes numa realidade de crescimento da população prisional" para o projeto central de flagrantes do IBCrim/Defensoria. Pendente de aprovação pela FAPESP

Protocolado nº 08.07 – Inclusão das presas no programa de prevenção ao câncer de útero e mama do Estado de SP

Realizada reunião com Secretaria da Saúde dia 01/10/2007 confirmando que em todas as presas com mais de 50 anos (mais de 300 presas) será realizado o exame de mamografia. Drª Nádia (Coordenadora de Saúde da SAP) informou que o exame de papanicolau será realizado pela SAP e por isso não será realizado pela Secretaria de Saúde. Aguardando cronograma da SAP até dia 15/10/2007 sobre a realização do exame. Não foi feito o papanicolau pela SAP. Em contato com a nova coordenadora de saúde da SAP (Solange), me disse que fará o ano que vem. Não estabeleceu prazo. Encaminhar pedido para a SAP e Secretaria de Saúde para inclusão no próximo mutirão estadual. Em 08/02/08, elaborado e entregue ofício em mãos à SAP, durante reunião com o novo coordenador de saúde (Paulo Cezar Sampaio). Em 14/02/08, foi juntada ao protocolo cópia do ofício recebido pela SAP. A nova Coordenação de Saúde da SAP vai permitir que os exames sejam realizados pela Secretaria de Saúde. Em reunião em 24.06.08 – Maria Luiza – representante da Secretaria de Saúde confirmou que os exames serão realizados este ano, no mutirão estadual. Incluídas no mutirão 2008.

Protocolado nº 09.07 - Inconstitucionalidade do Servec feminino

Parecer elaborado. Mantido Servec feminino - **ENCERRADO**

Protocolado nº 10.07 – Reabilitação

Parecer elaborado. Estudo para a propositura de ação cabível contra a lei municipal que exige reabilitação judicial para motorista de taxi. Parecer elaborado. Artigo escrito pelo Marcel, enviado para publicação no IBCCRIM. Publicado no Boletim de dezembro. Elaborado projeto de lei a ser entregue junto com o parecer para vereador municipal para apresentação de projeto de lei que revogue a lei vigente. (OBS: segurança particular e a Polícia Federal também exigem reabilitação). Em 07/01/08, juntada cópia da Portaria nº 387/06 do Departamento de Polícia Federal (requisitos para a obtenção da Carteira Nacional de Vigilante). Em 28/02/08, entregue cópia do

Projeto de Lei e parecer do Defensor Marcel ao Deputado Beto Custódio. Em 06/03/08, efetuado o protocolo do Projeto de Lei. Aprovado na Câmara dos Vereadores em abril/2008 – Lei 115/08 – aguardando ser sancionada pelo Prefeito. Em 05/06/08, o projeto de lei foi vetado pelo prefeito. As razões de veto foram publicadas no Diário Oficial do Município de 21/05/08, pág. 03 – cópia no protocolado – a ser analisado para novo encaminhamento. Recomendação aos defensores para que impetrem HC (ir até o STF) se necessário contra juízes que realizarem 'reabilitação' – questionar a revogação do instituto da reabilitação pelo art. 202 da LEP.

Protocolado nº 11.07 – Interdição da PF de Santana

Visita, pedido, reiteração de pedido com mais denúncias, inclusive de morte por leptospirose. Inúmeras providências foram tomadas pela SAP, nova visita, manifestação no processo da corregedoria com novos pedidos de providências. Eventual andamento do Processo passou aos cuidados da Dra. Franciane.

Protocolado nº 12.07 – ADPF – Irretroatividade Lei Crime Hediondo

Pedindo reconhecimento da irretroatividade do lapso temporal para progressão de regime de cumprimento de pena previsto na Lei 11.464/07, para os condenados pela prática de crime hediondo antes de 28/03/2007. Enviada em 13/08/2007 para ANADEP propor a ação perante o STF. Discussão da pertinência temática – legitimidade ativa da ANADEP. Aguardando momento político mais adequado à DP para distribuição. – **ENCERRADO**

Protocolado nº 13.07 – Convênio NUFOR

Agendada reunião NUFOR/Defensoria. A coordenadoria de saúde da SAP está em negociação com o NUFOR para que assuma o HCTP de Taubaté que ficaria destinado exclusivamente a distúrbio de personalidade. Na primeira reunião do Conselho Penitenciário de 2009 conversar com Rigonatti se há possibilidade do NUFOR substituir o IMESC no exame pericial de transtornado mental solto. Confirmou que o NUFOR pode realizar exames que pedirmos. Negociação pelo GET da Saúde para o NUFOR assumir o HCTP de Taubaté, para onde serão encaminhados apenas transtorno de personalidade, alcoólicos e drogaditos.

Protocolado nº 14.07 – Volta do exame criminológico

Parecer em fase de elaboração para apresentar em Brasília em ocasião apropriada e necessária. Sendo agendada reunião em 23/11/2007 às 15:00 hs com a responsável do Conselho Regional de Psicologia para pedir parecer sobre o aspecto ético profissional do parecer. Foram fornecidos documentos sobre o assunto, bem como houve o esclarecimento quanto a posição do CRP e CFP, ambos contra o exame criminológico. Estudo sobre exame criminológico em andamento - com Dra. Patrícia de Moraes em 14/02/08. Redistribuído para Dra. Fernanda – devolvido com parecer – para ler. Elaborada nota técnica contra a aprovação do PL Senado 190/07 – aprovado CCJ do senado. Logo após aprovado na CCJ do Senado PLS 30/2008 – engloba o outro e aumenta lapsos para progressão. PL 190/07 com RECURSO. Mobilização para que

haja recurso ao plenário do senado do PL 30/2208. Reunião e envio de ofício à várias entidades. Conversa com Senadores em Brasília. Conversa com Senador Cristóvão Buarque – elaborou o recurso e consegui mais dez assinaturas – o PL irá para votação e apresentação de emendas em plenário.

Protocolado nº 15.07 – Regime de Observação (RO)

Em andamento pesquisas para estudo sobre o RO ou inclusão nos presídios em razão de denúncias de abusos no tempo (mais de 30 dias). Solicitada informação da SAP, já respondida. Pedido para que os defensores coordenadores regionais verifiquem em todos os presídios o tempo de duração da inclusão. Não foram constatadas irregularidades (relação com o 18/07 em andamento). – ENCERRADO.

Protocolado nº 16.07 – Projeto de lei de descontingenciamento da verba do FUNPEN.

Pedido da Pastoral Carcerária para que o Núcleo acompanhe. Em 04/01/08, realizada pesquisa acerca da lei de diretrizes orçamentárias de 2008, restou constatada a não incorporação das alterações ao texto de lei – Emenda aditiva a LDO n. 12710025 não aprovada. – ENCERRADO

Protocolado nº 17.07 – Direito do preso de votar

Em 27/12/07 elaborado pedido ao Presidente do TRE – protocolado em 28/12/07. Em 14/02/08, o responsável pelo andamento do caso em questão, Dr. Juan, nos informou que ainda está em fase de levantamento possibilidade dos presos votarem (análise do colégio eleitoral, título de eleitor, homônimos etc). Não há previsão de resposta. Em 28/03/08, a funcionária do TRE, Sra. Valéria, nos informou que o pedido ainda se encontra com o assessor responsável, Dr. Juan, haja vista a existência de outros pedidos nesse mesmo sentido. Em 16/05/08, ainda no aguardo da elaboração de parecer acerca do pedido. Em 25/08, Protocolada petição no TRE requerendo a realização de votação simulada nos presídios para analisar a viabilidade nas próximas eleições. Em 02/10, o pedido foi apreciado, mas indeferido, sob o fundamento de que não seria possível realizar votação sem o prévio cadastramento dos eleitores. Os demais pedidos não foram apreciados. Ouvida em audiência pública no MPF. Reunião com várias entidades no Rio de Janeiro – criado o movimento nacional pelo voto do preso e agendado seminário para outubro de 2009. Reunião em Brasília com Sub-Procurador Geral da República, com ministro do TSE e ministro presidente do TSE para explicar as razões da mobilização pelo voto do preso.

Protocolado nº 18.07 – Projeto de Lei de Execução Penal Estadual

Reuniões semanais com Drs. Marcel, Samanta, Adriana e Paula para elaboração do projeto (primeiro semestre 2008). Redistribuído para Drs. Alexandre Orsi, Adriana de Brito, Ana Paula, Vivian e Fernanda. Todos os defensores do Núcleo estão envolvidos com a redação e correção do PL.

Protocolado nº 19/2007 – Folder

Para ser distribuído em todos os presídios e CDP's do Estado – com destaque para falta grave, buraco negro dos presídios. Elaborado. Aguardando impressão e distribuição nos estabelecimentos prisionais. Distribuído na Penitenciária Feminina Santana dia 08.03.08 em homenagem ao dia da mulher. – distribuído nos presídios em que foi feita entrega de livros para os presos.

Protocolado nº 20.07 – Medida de Segurança delata extinta punibilidade: necessidade de hospital psiquiátrico comum

Doentes mentais que cumpriram medida de segurança e tiveram declarada extinta a punibilidade e não tem apoio nem independência e precisam ser transferidos para hospital psiquiátrico comum e ninguém queria saber. – Reunião com o Secretário de Saúde 01/10/07 – vai receber os doentes destinando-os a 1 ou 2 hospitais psiquiátricos do interior – Pedi lista para o HCTP de Franco da Rocha I e II e mandei para a Secretaria de Saúde. Comuniquei aos defensores da VEC da decisão da Secretaria de Saúde, para encaminharmos de eventuais outros casos que surgirem. Confirmar em Franco da Rocha se houve a transferência efetiva dos doentes. Confirmado. Todos foram transferidos para hospitais da Secretaria de Saúde. Em 02/01/08, confirmada a transferência dos pacientes solicitados, das duas unidades (Franco da Rocha I e II). Em 23/09/08, as transferências continuam sendo feitas, elas são tratadas diretamente entre a Diretoria dos HCTPs e a Secretaria de Saúde (Maria Luiza ou Regina). Em conversa com Maria Luisa e Regina (assessoras do Secretário de Saúde) esclareci que esses pacientes não estão mais sujeitos a intervenção do Direito Penal e que seu destino independe de concordância do juiz da execução – me coloquei a disposição para esclarecer dúvidas ou resolver problemas que eventualmente surjam. O Grupo de trabalho de Saúde encaminhou proposta para o Secretário da SAP, para que os hospitais de custódia e tratamento passem a ser da Secretaria de Saúde. Em 18/11/08, recebido o psicólogo do Hospital Vera Cruz que trouxe o caso de três internos por determinação judicial e que eles não sabiam o que fazer pois não era mais caso de internação. Dado o devido encaminhamento. Tenho feito intermediações de transferências quando sou solicitada. No GT estamos estudando a possibilidade de desinstitucionalização direito dos HCTPs sem passar pela saúde – necessária maior atividade da assistência social e participação da reintegração social da SAP. A reintegração social da SAP passou a participar das reuniões do GET que elabora o projeto “SAIPEMS” (sistema de apoio integral ao paciente em medida de segurança).

Protocolado nº 21.07 – META 9

DEPEN/ PRONASCI – em fase de elaboração de projetos. Projeto inicial elaborado e enviado para o MJ. Projetos de pesquisas específicas (perfil do preso e FA) sendo feitos para posterior encaminhamento, se o caso. Em 12/02/08, reunião com Aléssio, Gisele e Carla do Ministério da Justiça, elaborados quatro projetos (META 9) conforme solicitado. Em 14/02/08, juntado ao expediente os quatro projetos, bem como a confirmação de recebimento pelo Aléssio. Não tive mais notícias. Os projetos foram enviados para a DPG pela SAP. Como não entendi porque a SAP tinha os projetos da Defensoria entrei em contato com Brasília em 01.06.08 conversei com Carla e pedi esclarecimentos sobre o que estava ocorrendo. Ela não sabia informar e ficou de verificar e retornar. Não retornou. Em 02.07.08 recebi notes da Chefe de Gabinete da SAP Sra. Rosa Alice nos seguintes termos: Senhores Dirigentes, Informamos que na data de ontem, esta Secretaria foi informada de que o acompanhamento das metas

que envolvem os órgãos dirigidos por Vossas Senhorias, ainda não foi encaminhado à Comissão de monitoramento e Avaliação, do Departamento Penitenciário Nacional. Para colaborar, elencamos abaixo, as metas e os órgãos responsáveis: meta 9 – Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Liguei para Brasília em 03.07.08 para entender o que estava acontecendo – falei com Júlio – me disse que a META 9 faz parte de Projeto Diretor e que a Defensoria teria que ter encaminhado projetos – informei que na única reunião que tivemos (em 12.02.08 – presentes Dr. Renato de Vitto, Dra. Cristina e eu) não nos disseram nada disso e apenas repassaram o modelo de formulário META 9 (que encaminhei com quatro projetos) – ele tinha os projetos em mãos – teriam que ter sido desenvolvidos, reafirmei que ninguém nos esclareceu sobre tal fato. Júlio ficou de conversar com Gisele e com a SAP. Informou que voltarão a São Paulo em agosto. Não fomos procurados. Nancy esteve em Brasília e conversou sobre o assunto – insisti em dizer que não tínhamos nada feito porque não nos comprometemos a fazer nada – o que nos foi proposto foi uma parceria.

Protocolado nº 22/2007 – Regime Disciplinar do Preso Provisório

Em discussão a participação dos advogados da FUNAP na sindicância dos presos provisórios. Estudo sobre a constitucionalidade/legalidade e extensão da falta grave do preso provisório (previsão na LEP) a ser elaborado. Comecei a escrever sobre o assunto. Adrina de Brito complementou – aguardando leitura e finalização.

Protocolado nº 23.07 – Defesa em processo disciplinar (falta grave)

Projeto para que os advogados da FUNAP façam a defesa de todas as fases do procedimento administrativo na apuração da falta grave. Resolvido com a súmula 343 STJ. Nova súmula vinculante diz que não é necessário – incluir a necessidade no PL estadual. **Obs.: Ver o Prot. 18.07 - PL de Execução Penal Estadual.** Chegamos à conclusão que a nova Súmula não se aplica aos presos é dirigida exclusivamente aos funcionários públicos. Não pode vulnerabilizar ainda mais o preso. Decisão do STF nesse sentido em fim de 2009.

Protocolado nº 24.07- Saúde no Sistema Prisional

Problema está crônico – fase de estudo para elaboração de projetos ou saídas alternativas para a SAP – distribuído para Dra. Adriana de Brito. Procedimento em andamento na Corregedoria VEC Capital – leitura e manifestação. Ofícios juiz corregedor e PM sobre falta de escolta – Lei Complementar 898 de 13/07/01 que criou a classe de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP). Li e fiz ofício para o secretário (SAP). Reunião agendada com o secretário para dia 08/02/08. Em reunião com o secretário da SAP, nos foi informada a abertura de concurso para complementar o quadro de médicos da SAP e que será feita experiência com grupo AEVPs para fazerem escolta. Em 03/04/08, juntado ao protocolado relatório do procedimento de saúde C-158/07. Em 09/04/08, foram recebidas as grades com os números de médicos da SAP. Reuniões com a Coordenadoria de Saúde da SAP, representante do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e diversas outras entidades para resolver o problema do dinheiro enviado para a saúde. O Coordenador de Saúde gastará o dinheiro acumulado com adaptação do Centro Hospitalar para recebimento das presas que estão amamentando no CASMI – local que está em condições absolutamente insalubres, adaptações no HCTP de Franco da Rocha, compra de medicamentos etc. Aberto concurso para ingresso de equipe de Saúde na SAP (há menos inscritos que o número de vagas para médicos). Formado em GT da SAP – Coordenadoria de Saúde – DO 28.05.08 – com prazo de 180 dias – para oferecer propostas de solução e encaminhamento do problema – como

Coordenadora do Núcleo represento a DP no GT – reuniões sendo realizadas semanalmente. Em 14/10, Adriana do GT de Saúde escreverá o texto com nossas propostas a serem encaminhadas na próxima reunião com a SAP. Conclusão do GT encaminhado aos Secretários (SAP e Saúde) em dezembro/2008 – proposta principal que a saúde do sistema penitenciário fique a critério da Secretaria de Saúde ou, alternativamente, que os profissionais da saúde do sistema penitenciário ganhem o mesmo que os do SUS. Centro hospitalar do sistema penitenciário por trabalho do GT foi assumido pela Santa Casa de Misericórdia. Reunião com diretor do hospital e diretor de segurança. Atendidas presas pelo Núcleo – tomadas medidas e acompanhados os casos urgentes.

Obs.: Ver também Prot. 41-04/2008

Protocolado nº 25.07 – RDD – Projeto de Lei nº 7.223/06

Projeto de lei que aumenta o prazo de permanência no Regime Disciplinar Diferenciado. Acompanhamento mensal desse PL (Suellen e Fernando).

Protocolado nº 26.07 – Instauração de procedimento investigatório preliminar por defensor público

Em fase de elaboração de parecer para normatização pelo Conselho Superior da Defensoria Pública. Concluído pela Defensora Dra. Giovana. A ser analisado para enviar ao Conselho da DP – com Pedro Avellar - ENCERRADO

Protocolado nº 27.07 – Monitoramento do Programa Estadual de Direitos Humanos.

Estudo das propostas feitas pelo Estado e pesquisas quanto à implementação das medidas sugeridas. Em 18/03/08, a assessora da Defesa da Cidadania, Dra. Cíntia Regina Béo, nos informou acerca do andamento do PEDH. Mencionou ainda que a Conferência para avaliação dos resultados do último ano será realizada em outubro de 2008. Em 23/08/08, realizada Conferência Estadual de Direitos humanos, onde foi votado o plano de atuação a ser encaminhado à Conferência Nacional.

Protocolado nº 28.07 – Projeto de lei disciplinando o direito de ser julgado em prazo razoável (na execução)

Em fase de estudo para elaboração. Em 14/02/08, juntada cópia de anteprojeto em andamento no Congresso, para análise. Distribuído para Dr. Leandro. Devolvido em 27.03.09. Com Dr. Leandro novamente em 25.04.2009 para elaborar manifestação modelo para os defensores e PL. Defendida tese no encontro de execução penal de 2009 pela Dra. Samanta. Aprovada no Encontro Estadual da DP de 2009 – tese institucional – direito de LC, Indulto e progressão de regime de cumprimento de pena na data em que completa o lapso, em razão da observância devida ao princípio da duração razoável do processo.

Protocolado nº 29.07 – Implementação de ouvidoria do sistema penitenciário independente, autônoma e com mandato próprio.

Em 10/03/08, recebida proposta de anteprojeto de lei, criando a ouvidoria autônoma e independente na SAP. Para leitura.

Protocolado nº 30.07 – Questão de gênero

Em 23/09, Reuniões do GT de Saúde da Coordenadoria de Saúde da SAP. Discussões sobre a criação do Centro de Atendimento à mulher presa. Pedido de criação encaminhado ao Secretário (SAP) ofício do GT de dezembro/2008 – protocolado com Dra. Vivian para estudo e propostas de políticas de gênero. Elaborado parecer por Mailane – entregue em 19.02.09. Elaborado projeto como sugestão para a SAP pelo Núcleo. A ser encaminha o projeto.

Protocolado nº 31.07 – CENACORA Expediente encaminhado pelo Conselho da DP - CENACORA – Reunião com reverendo Antônio em 26/11/07. O reverendo irá contatar a coordenadoria do Núcleo para falar sobre sistema prisional nas comunidades evangélicas. Até 30.06.08 não deu retorno. – ENCERRADO

Protocolado nº 32.07 – Trabalho de egressos com a Secretaria de Trabalho

Reuniões realizadas com a Secretaria do Trabalho e outras entidades - estabelecidas cotas para egressos em dois programas da Secretaria - 2009 – estudo sobre participação na campanha para empresas empregarem egressos. Conversei com Diretor executivo o GIFE para agendar conversa do empresário de Ribeirão Preto que emprega egressos com outros empresários que podem fazer o mesmo. Agendar conversa com o presidente do movimento viva São Paulo.

Protocolado nº 33.07 – Projeto de Lei – alteração da Lei de Execuções Penais

Progressão em 1/3 da pena – remição por estudo – a ser distribuído.

Acompanhamento mensal dos projetos de alteração da LEP (com Fernando).

Protocolado nº 34.07 – Presos estrangeiros sem intérprete

Presos estrangeiros sem interpretes na Penitenciária de Itai – distribuído para análise. Juntado expediente do IDDD e encaminhando novamente para o Geraldo para parecer. Distribuído ao Dr. Geraldo em 19/12/07. Em 14/02/08, recebido pelo Núcleo com pedido de diligência ao gabinete. Expediente juntado – em fase de parecer. Devolvido ao Dr. Geraldo. Com Alexandre Orsi

Protocolado nº 35.07 – Implementação de novo Plano Nacional de Segurança Pública. Acompanhado por Anaí e Renato de Vito em 2009.

Protocolado nº 36.07 – Projeto de Lei nº 1288/07 – Monitoramento Eletrônico

Pedi parecer para Carlos e Gustavo. Em 08/02/08, juntado estudo acerca do monitoramento eletrônico de pessoas processadas ou condenadas criminalmente (CNPCP). Em 09/04/08, foi encaminhado à ANADEP o parecer elaborado pelo Dr. Pedro Avellar. Projeto de lei estadual sancionado – enviei e-mail aos Defensores da VEC para que instruem nossos defendidos a não autorizar o monitoramento, já que depende de consentimento do preso e, caso já tenha havido consentimento, que impetrem HC. Parecer sobre o projeto 1288/07 elaborado por Dras. Thais e Fernanda – enviado por e-mail – continuam com o protocolado. Em 11.06.08 reunião na DP com várias entidades para discussão de do Projeto de Lei 1288/07-B aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para o Senado para votação final – decidimos fazer Projeto alternativo e encaminhar para o Senado e o Ministério da Justiça sem assinatura das entidades. Elaborei projeto alternativo e justificativa. IBCCRIM encaminhará para o Ministro da Justiça e ANADEP e Rafael encaminharão em nome da ANADEP no Senado – a idéia é retirar ou substituir o projeto em andamento. ANADEP não fez nada. Em setembro/2008 recebi notícia de que o projeto seria votado e aprovado definitivamente em sessão da CCJ em dois dias. Fui para Brasília e em reunião com os Senadores Marco Maciel e Demóstenes Torres acertei que seria feita prévia audiência pública. A DP e demais entidades que estão acompanhando esse PL encaminharam aos gabinetes os nomes a serem ouvidos na audiência pública. Em dezembro nova notícia de que o PL seria votado e aprovado em uma semana na CCJ, sem audiência pública. Fui para Brasília e em reunião, juntamente com Pedro e José da Pastoral com Senadores Demóstenes e Suplicy ficou acordado que o PL sairia de pauta para sempre (!!), politicamente não seria boa a rejeição integral. Entreguei PL alternativo ao assessor do Demóstenes. Posteriormente, em reunião no MJ, entreguei ao Pedro Abramovai – senador Suplicy se comprometeu a encaminhar o novo projeto se o governo concordasse ou com as alterações feitas. Contínuo acompanhamento. 2009 – aprovado PL na CCJ do Senado.

Protocolado nº 37.07 – Tortura – CDP Pinheiros

Aguardando algumas conclusões do procedimento da coordenadoria para encaminhamento. Tentar identificar deficiências do sistema penitenciário que permite a tortura. Ligar para a Dra. Franciane e pedir para enviar a conclusão do C-128/07 e para o Luis Gustavo para enviar a razão da *causa mortis* C-160/07. Decisões juntadas ao protocolado. Artigo Fernando Salla – ler para pensar alternativas e meios eficazes de combate à tortura. Juntados outros artigos – aguarda leitura para encaminhamentos. VER ANDAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL URGENTE. Acompanhamento do Inquérito Policial. Representação do TJ no CNJ – indeferido. MS no STF – em andamento.

Protocolado 37-A/08 – Denúncia de maus-tratos no Sistema Penitenciário

Protocolado nº 38-01.08 – Direito de Visita – Portaria Conjunta 001/07

Elaborei ofício ao Secretário (SAP) pedindo providências quanto à ilegalidade das restrições de visita contidas na Portaria, bem como abuso de poder perpetrado pela autoridade administrativa em razão da portaria. Entreguei em reunião com o SAP em 08/02/08. Não obtive resposta. Distribuído para Dra. Vanessa - está estudando proposição de eventual ACP. Elaborada ACP. Reunião com o SAP para tratar deste assunto - pediu para encaminhar os casos concretos e disse que não pode mudar a portaria. Em reunião com os Coordenadores VEC todos tinham problemas resultantes da portaria a relatar. Enviada para Vanessa sentença de juiz de Presidente Prudente que determina que a revista seja feita no preso e não na visita. Revisão da ACP em andamento para propositura.

Protocolado nº 39-02.08 – Assistência Jurídica ao Preso Provisório.

Pedido de criação de grupo de atendimento ao preso provisório para suprir a total falta de atendimento pela Defensoria para o setor por falta de Defensores (marcar reunião para discutir o assunto com o gabinete - Dr. Vitore e Dra. Cristina). - Distribuído às Dras. Priscila, Luiza, Paula e Eleonora - estão fazendo atendimentos no CDP I do Belém desde abril/2008- para verificação de necessidades, entraves etc e posterior parecer. Pedi para Dra. Luisa Hamud fazer relatório e me encaminhar - servirá de projeto piloto para o atendimento dos presos provisórios pelo PRONASCI. 2009 A situação está grave. Reunião com o David - pedi para fazer grupos de defensores criminais para atenderem presos provisórios em rodízio. Falou que faria.

Protocolado nº 40-03.08 – Diretrizes para Inspeção em Estabelecimentos Prisionais por parte dos Defensores Coordenadores Regionais

Elaborado Dr. Otoniel - precisa ser revisado e adaptado (Dra. Fernanda)- AGENDAR reunião com os coordenadores para discutir. Encaminhado para o CSDP. Aprovado. Modelo encaminhado para os defensores regionais. Todos encaminharam cronograma de visita anual 2009/2010.

Protocolado nº 41-04.08 – Escolta PM e AEVP: criação de polícia penitenciária

Em 29/09, o Grupo o de trabalho da Coordenadoria de Saúde da SAP encaminhará ofício ao Secretário da SAP para que disponibilize, com urgência, agentes para escolta de doentes. Encaminhado no ofício de dezembro de 2008 pedido para que toda a escolta de doentes seja feita pelos AEVPs. Obs.: Ver também Prot. 24/07

Protocolado nº 42-05.08 – Mutirão – Secretaria Especial da Mulher

Projeto assinado em 03/11/08. Lançamento nacional em São Paulo. DP na mesa de debates representada pela Coordenadora do Núcleo. 2009 - Em conversa com o Vitore iremos publicar inscrição de defensores para realização do projeto

Protocolado nº 43-06.08 – Oitiva – artigo 118 do da Lei de Execuções Penais

Tem sido feita a oitiva no presídio. Distribuído para Dr. Leandro. Devolvido com parecer. Defendido e aprovado no Encontro Estadual da DP - 2009. Passar parecer para todos os defensores.

Protocolado nº 44-07.08 – Atendimento jurídico de pessoas em Medida de Segurança e colônia de desinternação condicional (Unidades de Franco da Rocha e Taubaté).

Em 26/03/08, entregue ao Dr. Geraldo Sanches (na Coordenação em substituição à Dra. Franciane) cópia do ofício 09/2008, solicitando que a DP VEC/Capital faça atendimento dos internados nos HCTP do Estado. Em andamento, desde maio/2008, discussões sobre projeto de mutirão com a Coordenação de Saúde. Em 29/10.08, respondido ofício pela Dra. Franciane, informando que em virtude do número de estabelecimentos sob sua competência não é possível incluir ordinariamente visitas a todos esses locais. As mulheres estão incluídas no mutirão mulheres da Secretaria da mulher.

Protocolado nº 45-08.08 – PRONASCI – Convênio com a SRJ

Elaborei projeto – aprovado. Dra. Cristina assinou o Convênio em 06/2008 – em andamento tratativas com o Instituto Manoel Pedro Pimentel (FADUSP) para parceria. Dependemos de parceiro para concretizar o Projeto, pois não temos Defensores Públicos para executá-lo e, portanto, houve previsão de contratação de assessores jurídicos para os Defensores Coordenadores Regionais envolvidos (região metropolitana). Reunião agendada com Dr. Libero DP/RJ para o dia 09.07.08 para discutir o assunto. Anotações da reunião na agenda pequena 2008. Repassei o que ouvi em reunião com Márcia Garrutti e Renato de Vito. Parceria a cargo da Nancy. Aguardando para dar início ao projeto – verba já depositada (setembro/2008). 2009 – em andamento negociação de parceria com a PUC/SP

Protocolado nº 46-09.08 – Pecúlio de presos

Qual o critério de pagamento – porque recebem quantias diferentes – Oficiamos a FUNAP pedindo informações – Não obtivemos resposta. Reiteramos ofícios em 28/07 à Diretoria Executiva (Sra. Lúcia Maria Casali de Oliveira), pelo e-mail de sua secretária Valéria Aurichio (vaurichio@sp.gov.br). Em 22/09, encaminhado ofício pelo correio com AR. Pedi para o Marcelo ver se consegue obter alguma informação. Recebida resposta da presidente da FUNAP dizendo que o pecúlio é critério da empresa empregadora. 26.11.09 Requisição a alguns presídios femininos para esclarecimento sobre o pecúlio – todos responderam. Com Otoniel.

Protocolado nº 47-10.08 – Denúncia más condições CPP Mongaguá.

Tendo em vista o recebimento de relato feito no Núcleo sobre o sentenciado Roger Genaro Ferreira, que teria morrido por falta de atendimento médico, bem como más condições físicas do Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Rubens Aleixo Sendin" de Mongaguá, foi instaurado o protocolado nº 47-10/2008 para apurar os fatos

denunciados. Oficiamos o CPP e solicitamos o envio do Prontuário – recebido. Analisada a documentação constando da certidão de óbito *causa mortis* indeterminada oficiamos em 09.06.2008 o Hospital Municipal de Mongaguá – onde Roger morreu – aguardando resposta – já ligamos cobrando. Estamos informando a mãe sobre o andamento da denúncia. Em 01/08, realizada reunião com os pais do preso para esclarecimentos. Além disso, foi encaminhado ofício à Defensoria de Santos para averiguar a existência de procedimento naquela Corregedoria, bem como inspecionar o CPP de Mongaguá para eventual pedido de interdição e encaminhar todos os documentos que levantamos ao DP competente (em 03/09, encaminhado malote com documentos à Regional de Santos para adoção das providências cabíveis). Em 06/11, a mãe do preso foi encaminhada ao setor cível da Defensoria Pública para ingressar com a ação de indenização contra o Estado.

Protocolado nº 48-11.08 – Revista vexatória

Distribuído em 25.09.08 à Dra Daniele Barbato Devolvido com parecer. 2009 -. Revisão Paula Barbosa e Paula Hungria. Devolvido para leitura e análise das propostas

Protocolado nº49-12.08 – Medida de Segurança – Projetos de lei (limite máximo) e outras providências

Projeto de Lei adequando a medida de segurança à reforma psiquiátrica de 2001 – mudar o Código Penal e outras providências. Agendar ida a Belo Horizonte para conhecer o PAIPJ e conversar com Promotor de Goiás. Comigo em fase de estudos. Aplicar lei 10.216/01 para Medida de Segurança sustentar a revogação do CP e da LEP pela lei de reforma psiquiátrica – modelo a ser elaborado e encaminhado para todos os defensores criminais. Pedi para Maria Fernanda fazer – feito. Defendeu a tese no encontro estadual da DP/2008 – aprovada. Passei cópia para todos os defensores criminais e VEC passarem a defender a tese. Maria Fernando foi me representando no Congresso de Saúde mental da Faculdade de Saúde da USP (dez/2008). 2009 – participação em congressos e encontros sobre o tema aplicação da lei da reforma psiquiátrica à medida de segurança. Palestra set./2009 1º simpósio internacional sobre Manicômios Judiciários e Saúde Mental. Em elaboração PL estadual constituindo instância de fiscalização auxiliar ao MP das internações involuntárias.

Protocolado nº 50-13.08 – Sigilo de Dados – IIRGD – juntado ao protocolado 01/07.

Protocolado nº 51-14.08 – Justiça Restaurativa para análise de aplicação no criminal e na execução penal

Distribuído para Otoniel. Devolvido com parecer – para ler. Em 10/07/08, recebido do gabinete do Deputado Federal Leonardo Monteiro, cópia do Projeto de Lei sobre justiça restaurativa de sua autoria. 2009 – com Otoniel para novos estudos e propostas.

Protocolado nº 52-15.08 – Comitê Paulista de Educação em Direitos Humanos

Participação das reuniões mensais do subgrupo de educação em direitos humanos para profissionais de segurança pública e agentes penitenciários. Devido a problemas no Comitê Estadual em outubro as reuniões foram suspensas. O protocolado aguarda término de pesquisa de campo para elaboração de cartilha para educação em direitos humanos com familiares, egressos e presos. 2009 - Realizada pesquisa pelas estagiárias do Núcleo no plantão da Barra Funda com presos, egressos e familiares para elaboração da cartilha.

Protocolado nº 53-16.08 – Albergue para moradores de rua com envolvimento judicial e egressos estrangeiros -

Realizadas reuniões com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, solicitando endereço de um albergue para concessão de benefício para liberados condicionais, que restaram infrutíferas. Realizada reunião com o Secretário Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – informou que tanto ele como qualquer um da Secretaria desconhecia por completo o problema e se mostrou interessado em dar solução e sugeriu que fizéssemos levantamento da situação para subsidiar a formação de um GT da Secretaria – em andamento. 2009 – aos cuidados do Otoniel.

Protocolado nº 54-17.08 – Taxa Judiciária para condenado –

Com Dr. Lucas para análise e providências 2009 – devolvido com parecer a ser revisto.

Protocolado nº 55-18.08 – Lei de responsabilidade penitenciária

Políticas preventivas, medidas extrapenais, reintegração (patronato, art. 78 da LEP), formas alternativas de prisão, menor permanência em presídios, valorização do funcionário. Estudo do direito comparado em andamento. – Distribuído ao Dr. Otoniel Kibuti em 14/02/08 – Devolvido em 05.06.08 com proposta de alteração legislativa – projeto de lei e justificativa – aguardando análise. 2009 – com Dra Adriana de Brito.

Protocolado nº 56-19.08 – Polícia Militar em saída temporária

Dado o comparecimento da PM na casa dos presos que estão em saída temporária, foi elaborado ofício para o Secretário de Segurança Pública, juntando parecer da PGE sobre o desvio de função e solicitando providências. Aguardando agendamento de reunião para discutir o assunto e entregar ofício. 2009 -Entregue ofício em reunião com o secretário adjunto da segurança pública. Recebi resposta do comando da PM de que não estão mais indo fazer averiguação na casa de presos em saídas temporárias.

Protocolado nº 57-20.08 – Presos estrangeiros por crime de tráfico internacional de drogas em estabelecimentos penais estaduais. Inobservância dos direitos à progressão do regime de pena, livramento condicional e decreto de expulsão.

Estão saindo da prisão e ficando na rua por falta de decreto de expulsão. As mulheres são aliciadas pelos nigerianos para levarem droga de volta. Algumas após longa resistência acabam cedendo para sair da rua.

Decreto de Expulsão, conversar com o Delegado Federal, Dr. Luis Wanderley Pardi (tel. 3538.5235) 2009 – várias reuniões com diversas entidades para encaminhamento do assunto.

Protocolado nº 58-01/09 – Entrada de Defensores Públicos em presídios – MS: inicial, decisão do juiz corregedor de presídios e acórdão do TJ

Protocolado nº 59-02/09 – Pacientes em medida de segurança em Hospitais psiquiátricos do SUS

Em 18/11, recebido o psicólogo do Hospital Vera Cruz que trouxe o caso de três internos por determinação judicial e que eles não sabiam o que fazer pois não era mais caso de internação. Dado o devido encaminhamento. Em 2009 desinternado o último paciente. Recebi notícias de que há cerca de 200 pessoas nessas condições no Estado. Preciso pedir lista para a secretaria de saúde.

Protocolado nº 60-03/2009 – MORTE DE SENTENCIADO (DIEGO SERAFIM VASCONCELOS)

- Ofício CONDEPE 009/2009

Protocolado nº 60-03/09 – Morte de sentenciado – tomadas medidas cabíveis para que o caso tenha acompanhamento.

Protocolado nº 61-04/09 – Amamentação – Concessão de licença maternidade a presas – envio de modelo de sentença de juiz que dá licença maternidade para mãe presa amamentar em sua residência

Protocolado nº 62-05/09 – LOAS e De Volta pra Casa dos transtornados mentais – em estudo legislação para pedido de LOAS para todos os pacientes internados em HCTP – há parecer desfavorável do MPF.

Protocolado nº 63-06/09 – Medida de Segurança em Tratamento Ambulatorial

Protocolado nº 64-07/09 – Auxílio a mulher egressa - Associação Casa Recomeço

Ata de Assembleia de Fundação de Fundação – Associação Casa Recomeço -
conversa

Protocolado nº 65-08/09 – Força tarefa para realização de atendimento ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - Plano de trabalho de força-tarefa no CHOC (Dra. Franciane). Realizada a força-tarefa

Protocolado nº 66-09/09 – Medida de Segurança/ Soltos aguardando vaga – petição pedindo extinção da punibilidade de todos que aguardam vaga soltos há mais de um ano (cerca de 400 pessoas). Acompanhamento das decisões e impetrados HCs dos indeferimentos.

Protocolado nº 67-10/09 – Denúncia de maus-tratos. Petição relatando e pedindo providências à Juíza da SERVEO2.

Protocolado nº 68-11/09 – Presos provisórios com transtorno mental

Ofício NESC ao SAP e à Coordenadoria de Saúde pedindo que seja destinado local especial adequado e que possibilite tratamento e acompanhamento durante a prisão provisória.

Protocolado nº 69-12/09 – Presos estrangeiros: expulsão

Ata de reunião sobre expulsão de estrangeiros - Lei 6.815/1980 – Situação Jurídica do estrangeiro no Brasil – Expulsão - Decreto 86.715/1981 – Regulamenta a Lei 6.815/1980. Ofício enviado ao SAP com Projeto de Centro de Referência para egressos estrangeiros elabora pelo Núcleo.

Protocolado nº 70-13/2009 – FORÇA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

Elaboração e envio de peças-modelo para a atuação dos defensores. Reunião em Belo Horizonte com os defensores públicos coordenadores de execução penal de MG. Elaboração de pedido inominado ao juiz corregedor de presídios de Ribeirão das Neves.

Recife – elaboração de ACP e de representação ao CNJ.

Protocolado nº 71-14/2009 – PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO NO CONGRESSO NACIONAL – PENAL E PROCESSO PENAL

Acompanhamento.

Protocolado nº 72-15/2009 – PROJETOS DE LEI URGENTES – EXECUÇÃO PENAL, PROCESSO PENAL E PENAL

Protocolado nº 73-16/2009 – SÚMULAS – TRIBUNAIS

Protocolado nº 74-17/2009 – DECRETOS DE INDULTO E PARTICIPAÇÃO DA DEFENSORIA

Audiência Pública em Brasília CNPCP - Sugestões para o decreto de indulto de dezembro/ 2009

Protocolado nº 75-18/2009 – CONSTRUÇÃO DE NOVOS PRESÍDIOS

Ofícios pedindo comunicação dos presídios em construção no Estado e as respectivas plantas e – reiterar

Protocolado nº 76-19/2009 – ESTATUTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

- PL 4201/2008 ao PL 4211 – Institui o Estatuto Penitenciário Nacional

Protocolado nº 77-20/2009 – PRÉ-ENCONTRO (DADOS DAS REGIONAIS)

Protocolado nº 78-21/2009 – INTERDIÇÃO DA CADEIA PÚBLICA DE VOTORANTIN

Protocolado nº 79-22/2009 – VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Ofício encaminhado pelo NESC à DPG solicitando fosse contatada a defensoria Argentina para atendimento ao preso. Informações sobre o andamento do protocolo.

Protocolado nº 80-23/2009 – REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DE PESSOAS PRESAS – ONU

Participação com apresentação de propostas de modificação das regras mínimas.

Protocolado nº 81-24/2009 – CAMPANHA PERMANENTE DE DOAÇÃO DE LIVROS A PRESÍDIOS

Projeto de ampliação da campanha permanente de doação de livros da DPESP-Regional de Presidente Prudente – a ser lido e encaminhado a todos os defensores coordenadores regionais

Protocolado nº 82-25/2009 – CONSELHOS DA COMUNIDADE

Pedido aos defensores coordenadores de execução penal que peçam a criação de conselho da comunidade se não existir na comarca e, mas que existe, que peçam que a defensoria tenha acento garantido. Repassados modelos de pedidos e cartilha a respeito dos conselhos da comunidade aos defensores.

Protocolado nº 83-26/2009 – Mandado de Segurança – VEC de Tupã

:Mandado de Segurança ao STF contra decisão do CNJ - elaboração de memoriais – acompanhamento..

Protocolado nº 84-27/2009 - Mandado de Segurança – CDP Pinheiros II

Elaborada Representação para o CNJ contra o ato da Corregedoria do TJSP e Mandado de Segurança para o STF contra decisão do CNJ – em andamento.

14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX